

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE PEDAGOGIA

JAMILE CRISTINA LEAL

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL ANARQUISTA A  
VIDA NO PERÍODO DE 1914 A 1915

MARINGÁ  
2021

JAMILE CRISTINA LEAL

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL ANARQUISTA A  
VIDA NO PERÍODO DE 1914 A 1915

Trabalho de conclusão de Curso – TCC  
apresentado ao Curso de pedagogia na  
disciplina Trabalho de Conclusão de Curso  
como requisito parcial para cumprimento das  
atividades exigidas da Universidade Estadual  
de Maringá.

Orientação: Prof. Dr. Marco Antônio de  
Oliveira Gomes.

MARINGÁ

2021

JAMILE CRISTINA LEAL

**A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL ANARQUISTA A  
VIDA NO PERÍODO DE 1914 A 1915**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Pedagogia. Sob apreciação da seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes (Orientador)  
Universidade Estadual de Maringá — UEM

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Fabricia de Cassia Grou de Paula  
Universidade Estadual de Maringá — UEM

---

Prof. Ma. Mônica Vasconcelo  
Universidade Estadual de Maringá — UEM

**DATA DE APROVAÇÃO**

## RESUMO

A historiografia brasileira registra o movimento operário mobilizado por líderes anarquistas que se utilizavam da greve como principal instrumento de revolução e reivindicação de melhores condições de vida e trabalho. Neste sentido a imprensa operária assume um importante papel de organização e educação dos trabalhadores, difundindo ideias anarquistas e discutindo questões sociais. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar o periódico carioca *A Vida* (1914-1914), buscando compreender suas concepções e temas veiculados, a fim de constatar seu importante papel na formação da consciência de classe operária na segunda década da Primeira República. A pesquisa de caráter bibliográfico e documental é fundamentada em autores que desenvolveram trabalhos na área, como Mendes e Maranhão (1989), Khoury (1981) e Campos (1988), que trabalham com a história do Brasil na Primeira República e Gallo (2007) que desenvolve o tema da pedagogia libertária. Por fim, os resultados apontam para as formas de resistência dos trabalhadores identificados com o anarquismo e as ideias que embasavam a visão de mundo libertária.

**Palavra-chave:** Anarquismo; revista; proletariado.

## **ABSTRACT**

Brazilian historiography records the workers' movement mobilized by anarchist leaders who used the strike as the main instrument of revolution and demand for better living and working conditions. In this sense, the workers' press assumes an important role in organizing and educating workers, spreading anarchist ideas and discussing social issues. Thus, the present work aims to analyse the Rio de Janeiro newspaper *A Vida* (1914-1914), seeking to understand its published conceptions and themes, in order to verify its important role in the formation of working-class consciousness in the second decade of the First Republic. The bibliographical and documentary research is based on authors who developed works in the area, such as Mendes and Maranhão (1989), Khoury (1981) and Campos (1988), who work with the history of Brazil in the First Republic and Gallo (2007) who develops the theme of libertarian pedagogy. Lastly, the results point to the forms of resistance of the workers identified with anarchism and the ideas that supported the libertarian worldview.

**Keywords:** Anarchism; magazine; proletariat.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. O CONTEXTO DE CONSTITUIÇÃO DA INDÚSTRIA E DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.....</b>	<b>8</b>
<b>3. ORIGENS DO MOVIMENTO ANARQUISTA E AS FORMAS DE DIFUSÃO DOS IDEÁRIOS PARA OS TRABALHADORES.....</b>	<b>13</b>
<b>4. PERIÓDICO ANARQUISTA A VIDA: PROPAGANDA E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
4.1 <i>A Vida</i> : conflagração europeia.....	20
4.2 <i>A Vida</i> : condições de vida e trabalho.....	27
4.3 <i>A Vida</i> : condições de existência dos imigrantes.....	31
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A proclamação da República em 1889 e a abolição da escravatura não trouxeram melhores condições de vida e trabalho para a população, e o processo de industrialização deu origem a novos problemas sociais que tocavam o cotidiano de trabalhadores brasileiros e de imigrantes que vieram para o Brasil constituir uma parte significativa da força de trabalho nas indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro em uma sociedade marcada pela herança da escravidão e por fortes características oligárquicas.

Os mesmos trouxeram para o Brasil suas experiências de luta em seus países de origem, apresentando-nos o anarquismo como uma estratégia de ação para formar consciências de classes e levar o povo à revolução por meio das greves. Diante disso utilizavam a imprensa operária, que tinha um forte caráter educativo, e para difundir seus ideais publicavam jornais, revistas e folhetins tratando da questão social do Brasil e organizando os trabalhadores no movimento operário.

Dessa forma, a pesquisa em questão se propõe a compreender a concepção de educação anarquista veiculada nas páginas do jornal *A Vida* entre 1914 e 1915, período de circulação do periódico. Para tanto, serão analisados os artigos publicados que abordem temas relacionados ao trabalho e vida do proletário, concomitante com o contexto econômico e político da época em questão.

O trabalho ficou estruturado da seguinte forma: na primeira parte, intitulada “O contexto de constituição da indústria e da classe operária no Brasil na transição entre os séculos XIX e XX”, discorreremos a mudança do sistema de escravatura para o trabalho livre, bem como as características da industrialização no Brasil e como os trabalhadores foram se reconhecendo como classe operária.

Na segunda parte, denominada “Origens do movimento anarquista e as formas de difusão dos ideários para os trabalhadores”, apresentamos fundamentos da corrente anarquista e como ela se tornou majoritária no movimento operário do Brasil na Primeira República, bem como seus métodos de ação.

Por fim, na última parte intitulada “Periódico anarquista *A Vida*: propaganda e educação”, analisamos alguns temas apresentados pelo jornal que faziam parte do cotidiano dos trabalhadores da época. Tal tópico foi subdividido em três subtópicos, sendo eles: “*A Vida*: conflagração europeia”, “*Vida*: condições de vida e trabalho” e

“A *Vida*: condições de existência dos imigrantes”. No primeiro subtópico foram analisadas questões referentes ao nacionalismo e suas raízes na educação, bem como as consequências da guerra para a população; no segundo discutimos algumas questões que marcaram a população da época e que estavam expostas no jornal, sendo elas: greves, repressão policial, criminalização e regulamentação do serviço doméstico; por fim, no terceiro subtópico abordamos as denúncias que o periódico fez sobre as condições de vida dos imigrantes.



## **2. O CONTEXTO DE CONSTITUIÇÃO DA INDÚSTRIA E DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.**

Podemos compreender a formação do proletariado como classe através de dois períodos, sendo o primeiro antes de 1888 e o segundo após 1889, época em que a escravidão já havia sido abolida e o Brasil entra em regime republicano.

De acordo com Mendes e Maranhão (1989), na prática não houve nenhuma transição entre o trabalho escravo e livre, apenas uma ruptura com a abolição de 1888. Dessa forma, encontrava-se, no mesmo local de trabalho, operários e escravos, compartilhando a mesma condição de vida. Um exemplo é o que ocorreu em 1857 em uma fábrica de velas, onde imigrantes eram contratados e recebiam da indústria o mesmo tipo de alimento e alojamento fornecidos aos escravos.

Entretanto, até a metade do século XIX, a maioria das indústrias não empregava trabalhadores livres, apenas algumas abriam exceção quando precisavam de serviços especializados, sendo o trabalho pesado executado por escravos. Já em outros locais de trabalho, procurava-se contratar em maioria trabalhadores livres, como no caso da construção de ferrovias, que culminou nos primeiros núcleos proletários, formados por operários da construção e manutenção das estradas. (MENDES; MARANHÃO, 1989).

Sem o amparo de uma legislação, de direitos, os primeiros proletários agiam violentamente contra os patrões. Gradativamente a resistência à exploração vai deixando de ser um ato isolado e passa a ganhar a maioria dos operários de certas fábricas. Assim, as primeiras organizações operárias surgem na primeira metade do século XIX com as associações mutualistas que visavam o apoio mútuo entre os trabalhadores para sobreviverem a exploração desenfreada e desenvolviam ajuda em caso de doença ou acidente, ajudando os idosos, auxiliando em enterros, etc. “O proletariado dava início, assim, ao longo e lento processo de sua formação como classe.” (MENDES; MARANHÃO, 1989, p. 222).

Posteriormente às associações mutualistas, nos anos 1870 começaram a surgir as ligas operárias, associações de resistência contra o patronato que dariam origem aos primeiros sindicatos no início do século XX. Em oposição ao mutualismo, que buscou construir redes de auxílio mútuo entre os trabalhadores em momentos de necessidades, as ligas organizaram as primeiras greves como forma de luta dos

trabalhadores. Começaram também a publicar jornais de vida efêmera, mas que já apontavam para as causas das questões sociais. (MENDES; MARANHÃO, 1989).

Vale destacar que nas últimas décadas do século XIX, com o incremento das atividades vinculadas ao café, desenvolveram-se outros ramos da economia, tais como o transporte ferroviário e os setores de comércio e bancário. Essa expansão das atividades econômicas não se fez sem a participação do capital estrangeiro em nossas terras que continuavam com uma estrutura agrária, exportadora e dependente dos grandes centros do capitalismo mundial.

Dessa forma, diante das demandas internas e externas, o trabalho escravo já não se mostrava atrativo para os interesses dos grandes produtores. Ao mesmo tempo, o movimento abolicionista e as pressões externas contribuíram para a crise do regime escravista no Brasil. O processo de abolição tornou-se uma necessidade, o que não significa que a exploração do trabalho tenha sido abolida em nossas terras. Mudava-se a forma, mas a essência permanecia.

Segundo Addor (2012), a burguesia agroexportadora cafeicultora paulista predominava no cenário econômico e lutava por uma República Federativa e liberal, com ampla autonomia administrativa e financeira para as antigas províncias. Entretanto, a riqueza do café era de quem possuía os meios de produção (a lavoura), assim, liberalismo político casa-se com a propriedade rural, dando espaço para muita liberdade, a liberdade do capital. Na prática, isso se traduzirá em um Estado arbitral de liberalismo, onde os negócios do capital ficarão na esfera do privado, visando um mercado de trabalho que se autorregula. Assim sendo, não existiam leis sociais, nem regulamento jurídico do trabalho determinando jornada de trabalho ou aposentadoria, nem qualquer ajuda do Estado quanto às fragilidades do trabalhador.

Inexistindo os direitos trabalhistas, cada fábrica elaborava seus próprios regulamentos, tudo era muito arbitrário: sistema de contratações e pagamentos, sistema de multas, descontos e demissões. Não havia férias ou descanso semanal, nem amparo por acidente de trabalho e tampouco sistema de pensão e aposentadoria. Era esse o cenário de superexploração nas lavouras e indústrias, os donos do capital achavam cômodo implantar esse novo regime de servidão mesmo tendo consciência de sua evidente desonestidade, pois o que importava para eles era acumular sua fortuna.

Mendes e Maranhão (1989) afirmam que São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador eram cidades que apresentavam condições favoráveis para o desenvolvimento do capital industrial. São Paulo “[...] iniciava um desenvolvimento urbano a partir de 1870, em grande parte ligado ao movimento do capital comercial e financeiro da economia cafeeira” (MENDES; MARANHÃO, 1989, p. 276), já as outras duas cidades se aproveitavam da condição de capitais administrativas na colônia e no império, inclusive Rio de Janeiro era sede da corte e depois passou a ser Distrito Federal.

Nesse período, a então capital do Brasil possuía várias condições para o desenvolvimento industrial: detinha o maior mercado de consumo e de mão-de-obra, tinha proximidade com fontes de matéria prima e fontes de energia e, além de tudo, era uma cidade portuária, o que facilitava o transporte de mercadorias.

Porém, na medida que a população crescia com a entrada de imigrantes no Brasil, crescia também o “exército industrial de reserva”, uma característica do modo de produção capitalista agravada no nosso país, que além de ser uma economia periférica, mal tinha se livrado da escravidão. São Paulo e Rio de Janeiro contavam também com o braço de ex-escravos que se aglomeravam nas cidades em busca de uma oportunidade de trabalho que geralmente não aparecia em suas vidas. Vale destacar que mulheres e crianças faziam parte do proletariado, inclusive, as crianças estiveram presentes nas fábricas de tecido já no ano de 1840, recrutadas covardemente de asilos, instituições de caridade, orfanatos e abrigos de menores, onde com apenas cinco ou seis anos de idade eram induzidas a trabalhar com uma jornada de 12 horas diárias.

Mendes e Maranhão (1989) destacam que a arquitetura das fábricas era utilizada como um mecanismo para explorar o trabalhador, pois as máquinas exigiam observação constante e o estilo das construções reforçou isso através de paredes e janelas exageradamente altas que impediam a visão exterior. As fábricas tinham aspecto hostil, de presídio, “[...] com seus guardas de portão fardados e armados, operários e operárias submetidos a vexatórias revistas e humilhantes observações, quando não recebiam ameaças de toda sorte.” (p. 282). Além disso, não existia qualquer zelo pela higiene no local de trabalho, a água era inconfiável e o ar poluído, os poucos regulamentos legais sobre a questão sanitária e trabalho infantil, na prática eram ignorados.

Sobre o assunto, Addor (2012) aponta que o proletariado fabril, será, ao longo da Primeira República, um segmento social amplamente minoritário no conjunto da demografia brasileira e permanecerá relativamente isolado, vivendo em “ilhas urbanas” cercadas por um imenso oceano rural, já que a maioria da população vivia no campo. Entretanto, dentro desse mosaico de fábricas havia algumas tendências que apontavam para a centralização: formação de bairros fabris e operários.

Diante do caráter frágil e atrasado da indústria brasileira, a ameaça de desemprego ou diminuição de trabalho, resultando em salários ainda mais baixos, era uma condição da vida dos operários. Um período de crise para os proletários foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que provocou na Europa uma crise na agricultura e indústria, levando o continente a importar produtos do Brasil. É por conta desse cenário que vai surgir em 1917-1920 o maior período de ascensão do movimento operário, envolvendo greves com milhares de trabalhadores, sendo a primeira greve geral da história do Brasil em 1917, contando com mais de 50 mil trabalhadores.

Conforme Campos (1988), a guerra favoreceu algumas indústrias brasileiras e outras não, porém os operários nunca fizeram parte dessas ganhas, pelo contrário, eram eles que sustentavam tudo isso: as importações foram substituídas por produção nacional, o que gerou lucros que foram destinados a novos investimentos. É fundamental entender que esse aumento na produção se fez pela maquinaria ociosa adquirida antes da conflagração e pela intensificação do trabalho, feita pelo aumento da jornada e pelo ritmo de produção e controle, ou seja, não houve aumento de salários e a inflação subia e o desemprego aumentava.

A indústria nascente se especializou na produção de bens de consumo popular. E isso não por acaso, mas por uma questão estratégica, pois a produção de bens de consumo de massa, visava “[...] garantir a reprodução da força de trabalho, através da absorção total da massa de salários pelo mercado desses manufaturados[...].” (MENDES; MARANHÃO, 1989, p. 290). Não é à toa que por vezes os operários não recebiam salário, mas vales para serem trocados por mercadorias da empresa. Dessa forma, a acumulação do capital se autossustentava através dos trabalhadores que produziam a mais-valia e também consumiam esta mesma produção. Diante de tal contexto, para manter a produção capitalista mesmo com a Guerra, os capitalistas usavam da superexploração das massas

trabalhadoras, através da queda dos salários reais e do aumento do desemprego, com a consequente carestia do custo de vida, escassez de gêneros básicos e fome.

Porém, para Campos (1988) a ascensão do movimento operário não pode ser resumida ao fenômeno da crise econômica, mas sim à retomada da organização operária (fins de 1916) nos espaços públicos e fábricas. Em 1917 a organização se intensifica e ganha corpo, são vários grupos formados nos dois grandes centros operários Rio de Janeiro e São Paulo, e aos poucos os trabalhadores vão tomando consciência de que o foco não pode ser a luta de pequenas e nulas melhorias, pois é necessário trabalhar com o fim de levar a classe operária à revolução. No que sucede, os militantes anarquistas tinham proximidade com a direção dos movimentos grevistas.

É possível compreender que os dois elementos que os autores apontam (carestia e organização operária) são indissociáveis se pegarmos a colocação de Addor (2012), que acredita que a necessidade de sobrevivência dos trabalhadores os levou à união para lutarem contra os dominadores, assim, a superexploração se constituiu num terreno fértil para correntes políticas que propõem organizar os trabalhadores.

Mendes e Maranhão (1989) baseados nas pesquisas do Historiador Edgar Rodrigues, fazem um levantamento dos alcances do movimento operário no início do século XX: 111 greves foram registradas entre 1900-1910; e 258 em 1910-1920, sem contar a conjuntura de 1917-1918. Em relação às organizações no período anterior a 1922, foram registrados: 99 Uniões Operárias, 4 Alianças Operárias, 70 Cooperativas e Associações de Auxílio e Socorro Mútuo, 29 grupos anarquistas específicos, 59 Ligas operárias e 40 Associações e sociedades Operárias, fora clubes, bibliotecas, teatro social, Escolas livres, etc. Essa foi a presença operária no plano cultural e político da Primeira República. No entanto, a repressão policial era recorrente e se efetivava por meio de fechamentos de organizações operárias e enforcamentos e mortes de trabalhadores, além de prisões, deportamentos e expulsões do território nacional.

### **3. ORIGENS DO MOVIMENTO ANARQUISTA E AS FORMAS DE DIFUSÃO DOS IDEÁRIOS PARA OS TRABALHADORES**

O anarquismo nasceu da revolta moral contra as injustiças sociais, quando muitos se deram conta de que parte do sofrimento humano não decorre de leis naturais ou sobrenaturais inexoráveis, mas é consequência da má organização social. Conceituando, assim, o sofrimento social, causado por homens e que pode ser combatido com o esforço humano (MALATESTA, 2009).

A esse respeito, Malatesta (2001) conceitua a anarquia como o estado de um povo que se rege sem autoridade, sem governo. Antes que os pensadores viessem a validar essa forma de organização como algo possível, a palavra anarquia era entendida no sentido de desordem, confusão. Essa visão é devido ao preconceito de que o governo é um órgão necessário para a vida social e que sem ele as coisas estariam na desordem. Entretanto, a existência desse preconceito explica-se pela história do homem que nasceu e viveu na escravidão, vindo de uma linhagem de escravos, e quando começou a refletir pensou ser a escravidão uma condição de vida, acreditando que liberdade seria algo impossível. Dessa forma, o trabalhador habituado por séculos a esperar o trabalho para viver, do patrão que é dono do capital e meios de produção, acredita que ele é o que lhe dá de comer e mantimentos, sendo que na verdade, sem os trabalhadores os patrões não lucrariam.

O autor ainda apresenta o preconceito de que os homens têm interesses contrários e por isso é necessária uma força maior para obrigar uns a respeitarem os outros, e isso justifica a necessidade do governo, da autoridade. Porém, acreditam que o governo é uma forma de dominação violenta e arbitrária de alguns sobre a massa e usa duas formas para oprimir os homens. Uma delas é a força física e violências, e a outra é a redução de sua subsistência, deixando-os impotentes. Ou ainda, pode-se oprimir os homens agindo sobre seus sentimentos através do poder religioso e sobre sua inteligência através da educação.

Desse modo, os anarquistas tentam fazer os trabalhadores mudarem de opinião em relação ao governo, colocando-o como desnecessário e prejudicial. Sendo assim, a anarquia seria sinônimo de harmonia social, liberdade baseada na solidariedade e outros conceitos com tom positivo.

O anarquismo também tem como princípio a liberdade, que se configura não como algo dado pela natureza, mas sim como uma criação sócio-histórica, que se dá no meio coletivo, no interior da sociedade. Quando falamos de liberdade anarquista é porque ela possui duas especificidades fundamentais a essa liberdade própria de uma sociedade anarquista. Uma delas é a ruptura do princípio de comando-obediência de qualquer poder instituído, como o poder do Estado. A outra especificidade é que a liberdade não pode ser separada de um conjunto de valores, onde a igualdade é condição necessária. (COLOMBO, 2004).

O anarquismo possui quatro princípios geradores, sendo eles: autonomia individual, que valoriza a ação de cada indivíduo que compõe a sociedade; autogestão social, decorrente do princípio de liberdade, que é contra qualquer poder institucionalizado, hierarquização ou autoridade, visando assim a democracia participativa, ou seja, todos participam do destino da comunidade; internacionalismo, o qual acredita que uma sociedade libertária não pode se restringir a países específicos, de modo que a revolução teria que ser globalizada; e por fim, a ação direta, tática de luta dos anarquistas, onde a revolução deve ser gerida pelos próprios trabalhadores, e na prática, essa ação vem por meio da propaganda e educação, principalmente através de jornais e revistas. (GALLO, 2007).

Vale ressaltar que existe uma diferença entre anarquia e anarquismo, sendo a anarquia a utopia de uma sociedade libertária e o anarquismo o meio de se chegar até ela assumindo diferentes formas e facetas de ação de acordo com o momento e as condições históricas em que fosse aplicado. A esse respeito Colombo (2004, p. 202) diferencia:

O anarquismo, como teoria da sociedade e da revolução ou como método de ação, pertence à épistémè de sua época e depende do clima social onde ele se desenvolve. A anarquia, como valor, é mais ligada à negação do presente e à aspiração, que gostaríamos de acreditar universal, a um mundo de livres e iguais.

Dessa maneira, a anarquia pode ser compreendida como um estado da sociedade que alcançou os princípios básicos do anarquismo, com a expropriação da propriedade privada e dos meios de produção, liberdade e cultivo das anergias humanas, sem autoridade. E anarquismo é a ação que se desenvolve para chegar à anarquia, tendo características próprias de acordo com o contexto histórico, político e cultural em que se desenvolve. Diante de tais pressupostos, Mendes e Maranhão

(1989, p. 297) afirmam que o movimento operário no Brasil liderado por anarquistas (1906-1920) tinha suas características específicas ligadas ao processo histórico da sociedade brasileira “[...] enquanto antigo país colonial escravista e, posteriormente, como país capitalista atrasado”, sendo sua história diferente da Europa e das Américas.

De acordo com Luizzeto (1987), para organizar a sociedade, os anarquistas fizeram várias propostas ao longo da história, as quais podemos chamar de Escolas do anarquismo, sendo elas: a individualista, representada por Max Stirner e Josiah Warren; a mutualista, de Proudhon; e a socialista, que é dividida em duas correntes: a coletivista, representada por Bakuni e a comunista, representada por Kropotkin.

Conforme Addor (2012), nas três primeiras décadas da república, três correntes político-ideológicas se confrontam para organizar os trabalhadores urbanos para conduzir o movimento operário e sindical: socialismo libertário ou anarquismo, socialismo reformista ou institucional e “trabalhismo carioca” (pelegos). As duas primeiras, além de lutar pelas melhores condições de trabalho e vida, também propõem a construção de uma nova sociedade livre, sem classes e sem exploração, a partir da erradicação do capitalismo. Já a última corrente, não questiona os fundamentos do capitalismo e nem propõe uma mudança mais radical na sociedade, pois o que busca são melhorias dentro dos quadros já delimitados pelo capitalismo.

Sobre o assunto, Mendes e Maranhão (1989) contam que desde as origens do movimento operário, estava presente a luta no interior do próprio proletariado e dos setores das classes dominantes, entre aqueles que propunham alianças entre os proletários e setores das classes dominantes e os que afirmavam a necessidade de se preservar a independência de classe em relação à burguesia e ao Estado. “O termo ‘trabalhismo’, no Brasil, refere-se a partidos criados pela burguesia para controlar o movimento operário, portanto a partidos burgueses.” (MENDES; MARANHÃO, p. 302).

Já os socialistas reformistas tiveram escassa penetração nos meios populares dos quais faziam parte alguns intelectuais da classe média, jornalistas, advogados, médicos e professores. Eles não conseguiram mover as massas, porque embora o fim do socialismo fosse igual ao do anarquismo – sociedade livre, igualitária, sem classes – seu método de atuação era diferente da ação direta dos anarquistas.



Buscavam uma mudança gradativa da sociedade através da ação política e do sufrágio universal.

No entanto, a participação popular por meio do voto era uma fantasia se considerarmos as condições institucionais concretas do período.

E o veto à participação política do povo vinha não só da repressão policial às manifestações em praça pública, mas de outras restrições impostas à cidadania, entre as quais uma legislação eleitoral que reduzia ao mínimo os votantes: no Rio de Janeiro, subtraídos da população total os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, os praças, os religiosos e os estrangeiros, excluía-se do direito ao voto 80% da população. A maioria dos votos era falsa: “votavam defuntos e ausentes, e as atas eram forjadas. (PATTO, 1999, p. 169).

Dessa forma, o voto era completamente ilusório, apenas para consolidar o poder da burguesia. Era uma vã esperança que davam ao proletariado de que poderiam chegar ao poder, pois partidos políticos da classe operária eram ilegais e os sindicatos não eram reconhecidos pelo Estado. Assim, a proposta de ação dos socialistas reformistas seria completamente ineficiente por conta da própria natureza e mecanismos de funcionamento do Estado do Brasil na Primeira República. Inclusive, na revista *A Vida* existiam alguns artigos falando sobre a farsa nas eleições e ironizando o voto com falas como “para que votar?”, “os votos de nada valem” e “votar é inútil”, alegando que é indigno dar a outro homem o poder de o governar.

Contudo, os anarquistas tinham seu método próprio de agir para alcançarem seus ideias e reivindicações, chamado “ação direta”:

A ação direta. Isto quer dizer simplesmente aceitar a responsabilidade com todas as consequências, sem delega-la a um terceiro. Isto foi definido recentemente por um teórico simpatizante, Rudolf De Jong. A ação direta é um conceito de maturidade frente a um conceito de infantilismo, pelo qual o homem desiste de suas responsabilidades e as delega a outros, a seus representantes, abstendo-se de fazer e pensar por sua conta e risco. (COSTA, 2004, p.20).

Na prática essa ação se traduz em ações em casa, na fábrica e no escritório, de modo que os anarquistas procuravam se autogerir a partir de certas organizações

que estão dadas. Dessa forma, o movimento operário teve como organizador e mobilizador dos trabalhadores o anarquismo majoritário nos anos 1906-1920.

De acordo com Marques (2012), o anarquismo como uma corrente política autônoma, usou o sindicalismo como estratégia para se manter atuante no movimento operário, formando assim a corrente bakiniana anarco-sindicalista.

Marques (2012) ainda destaca três princípios nos quais os sindicalistas revolucionários se baseavam, que eram: propaganda, educação e rebelião. Assim, os anarquistas davam um espaço muito importante para a educação, não só a formal por meio de Escolas Racionais, mas também a informal realizada pela ação cultural como teatros, folhetins, revistas e jornais, entre outras iniciativas do conjunto social que denunciavam as injustiças sociais, propagavam as doutrinas anarquistas e convidavam os proletários para lutar. Neste sentido, destaca-se a imprensa operária que crescia principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, em boa parte devido a presença de imigrantes que chegavam ao Brasil buscando trabalho ou por conta de perseguições em seus países de origem. Perseguições essas que continuaram no Brasil já que “[...] continuaram a defender as mesmas ideologias que os tornaram indesejáveis em seu país de origem.” (MARQUES, 2012, p.857).

De acordo com Costa (2004), os ideais anárquicos chegaram ao Brasil por meio de imigrantes italianos e espanhóis principalmente, uma vez que o movimento surgiu com intelectuais da Europa. Para os anarco-sindicalistas a greve geral seria o supremo instrumento estratégico revolucionário. Concebiam a sociedade formada de produtores de um lado e parasitas do outro. O sindicato unia esses produtores com uma única finalidade: a luta.

Neste sentido, educação não era vista como o único fator responsável pela revolução, porém, era evidente que sem mudanças de mentalidade a revolução poderia não alcançar êxito. Por isso a propaganda anarquista era tão importante, visavam divulgar as doutrinas e formar consciências anarquistas. (Luizzeto,1987).

#### 4. PERIÓDICO ANARQUISTA *A VIDA*: PROPAGANDA E EDUCAÇÃO

A *Vida* é uma revista teórica publicada nos anos de 1914 e 1915, voltada para a propaganda anarquista, formação, educação e organização da classe operária, sob a direção de José Oiticica, em parceria com o médico Francisco Viotti. É um material de grande importância histórica, uma vez que se constitui como fonte primária, apresentando informações na forma original, sem interpretação, sumarização ou avaliação de outros escritores. As fontes primárias são valiosas para a compreensão crítica leal do contexto histórico-político de uma determinada época. Diante disso, Mendes (2011, p. 1) afirma que “nos dias de hoje, há [...] uma reflexão sobre o jornal como fonte. Há uma compreensão de que, por suas características, o jornal constitui uma fonte distinta de outro tipo de fonte e, portanto, merece um tratamento especial.”.

A *Vida* não tinha fins lucrativos, em vários números aponta a dificuldade e o pejejo que tinha para se manter e pedia colaboração de todos com o pagamento das assinaturas. “Os jornais anarquistas não possuíam anúncios, segundo a concepção libertária eram proibidos, pois os jornais deveriam ser sustentados por seus leitores, caso contrário perderiam o objetivo doutrinário.” (MARQUES, 2012, p. 859).

Figueira (2009, p.2) explica de onde veio a verba para a realização do periódico:

A iniciativa da fundação de *A Vida* partiu do Grupo Editor Novos Horizontes e do Comitê Pró-Congresso, dois grupos atuantes da imprensa libertária e anticlerical que haviam recolhido contribuições em dinheiro para a realização de um congresso internacional anarquista no Brasil no início da segunda década do século XX que deveria reunir expoentes anarquistas de outros países. A arrecadação que havia sido feita por meio de listas de subscrições foi insuficiente e os membros dos referidos grupos resolveram usar o dinheiro fundando a revista *A Vida*.

A revista discutia problemas que tocavam de perto o cotidiano dos trabalhadores, tais como: a guerra, os mecanismos da sucessão presencial, as precárias condições de trabalho, condições de existência dos imigrantes, suicídio, regulamentação do serviço doméstico e a questão feminina. Além disso, o jornal se preocupava também com o ensino das doutrinas anarquistas, especificamente o anarco-comunismo, por isso apresentava colunas falando sobre catecismo

anarquista, anarquismo individualista e debates com outra revista sobre o positivismo. Por fim, em quase todos os sete números da revista encontra-se as seções: “Bibliografia brasileira sobre a questão social”, onde é apresentada a referência de livros, folhetos e jornais que falam a respeito das questões dos operários e das doutrinas socialistas em geral; e “Leitura que recomendamos” onde são apresentados títulos da mesma temática, entretanto não se restringe a autores brasileiros e ao lado de cada título e seus autores, é apresentado o preço das obras. O grupo editor cobrava o selo do correio e se disponibilizava a enviar qualquer encomenda de publicações estrangeiras.

Segundo Roio e Feltrinelli (1988) possivelmente é uma das primeiras revistas teóricas brasileiras voltada para a formação ideológica e para a organização da classe operária. Sua redação era composta fundamentalmente por brasileiros, fato importante pois a produção política operária no Brasil era quase sempre feita por imigrantes. *A Vida*, entre seus objetivos, visava:

Relacionar os camaradas dispersos nesta imensa região, permitindo corresponderem-se entre si; difundir literatura anarquista, facilitando a aquisição das obras e periódicos que se publiquem na Europa; manter correspondência com grupos e periódicos libertários de todo o mundo e servir, por sua vez, de centro de informação para o exterior. (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº2, 31-12-1914).

A revista não era destinada para as massas, mas serviria como um farol para os grupos de estudiosos e simpatizantes ou militantes anarquistas interessados em compreender a questão social brasileira, e serviria também para a constituição de quadros do movimento operário dentro e fora do Brasil. O objetivo aparente era estabelecer o contato com a produção libertária brasileira e de outros países, como Portugal. De acordo com Figueira (2009), haviam conexões estabelecidas entre os editores e os colaboradores de *A Vida* e os professores anarco-sindicalistas portugueses, o que era evidenciado pelas obras do professor português Adolfo Lima, Diretor da Escola Oficina nº 1 de Lisboa, que eram destaques no periódico entre aquelas que eram oferecidas ao leitor. Além disso, a revista recebia textos de seus críticos para serem publicados ou respondidos, a fim de atingir um alcance maior.

Na época da revista, o movimento operário brasileiro era dividido em: sindicalistas revolucionários da Confederação Operária Brasileira (1906) e

Confederação do trabalho, de tendência reformista. Diante disso, os editores se posicionavam como comunistas anarquistas revolucionários.

O grupo que produziu a revista dissolve-se por posições discordantes, falta de recursos materiais e debilidade da classe à qual era ligado. No balanço feito em janeiro de 1915, a revista havia conseguido apenas 16 assinaturas, podendo-se inferir que haviam sido vendidos 678 exemplares dos dois primeiros números, sendo sete o total de números publicados. A revista era mensal, publicada no último dia do mês, sendo o primeiro número publicado em 30 de novembro de 1914 e o último em 31 de maio de 1915.

Como já exposto, o periódico anarquista durante seu tempo de duração publicou diversos artigos a respeito de diferentes questões. Dessa forma, a presente pesquisa enfatizará as temáticas voltadas para o trabalho e o contexto político-econômico da época em questão. Esses são temas que assumem uma importância muito grande no cotidiano da classe trabalhadora e o jornal traz relevância a esses assuntos.

#### 4.1 *A Vida*: conflagração europeia

Artigos sobre a conflagração europeia são recorrentes na revista, devido a coexistência de ambos nos anos de 1914 e 1915, embora a guerra se estendesse até 1918. O caráter dos textos era teórico, com suas palavras os autores buscavam explicitar que a causa da guerra se dava pela concorrência comercial entre as nações, mais especificamente entre seus dirigentes, e que esses se valiam do povo para se matarem na guerra, formando, através do poder ideológico do nacionalismo e amor à pátria, soldados fiéis. Além disso, afirmavam capciosamente que a guerra só geraria destruição e miséria, desperdiçando a energia das pessoas que deveriam viver baseadas na solidariedade e no apoio mútuo.

Em um artigo do periódico *A Vida*, lança-se a questão do porquê existirem guerras, e a resposta está no regime econômico de exploração que vivemos, onde há dominadores e uma minoria de dominantes. Esses últimos, usam uma espécie de coerção ideológica que é o nacionalismo, o amor à pátria, a fim de controlar as massas:

Para impedir qualquer reclamação dos trabalhadores, eles seduzem outros trabalhadores ignorantes em cujo cérebro cultivam a idéia da *patria*, dizendo-lhes que precisam defender as suas instituições, quer contra ataques externos, quer contra revoltas internas; dando-lhes uma farda e lhes chamam *soldados*. [...] Esses soldados submetem-se á *disciplina*, isto é, obrigam-se a não pensar, nem agir por si mesmos, mas sempre por *ordem* dos seus *superiores*; de modo que, si lhes mandarem matar, são obrigados a matar, seja a quem for e sem saber porque transformando-se assim em homens *maquinas de matar*. (A Vida, Rio de Janeiro, ano I, nº1, 30-11-1914).

Sobre o assunto, segundo Khoury (1981), o Estado, prevendo a guerra, precisava desenvolver o aparelho militar e para isso recorreu aos capitalistas, dando-lhes em troca a força repressiva para que o proletário fosse controlado no seu mais baixo nível. Assim, Malatesta (2001) aponta o governo como um protetor dos burgueses, defensor dos opressores, policial da burguesia. Isso porque se o governo se revoltasse colocando-se superior, a burguesia sentindo-se ameaçada em seus interesses faria um contragolpe usando todo seu poder e influência que lhe davam a posse das riquezas.

Diante do exposto, podemos observar que o Estado e a burguesia sustam a militarização e a preparação militar encoraja a criação de grupos de interesses que trabalham para aumentar a produção de armamentos bélicos, equipando o exército até os dentes com instrumentos mortíferos e sofisticados, e em troca, a repressão policial-patronal torna-se mais um instrumento de controle das massas. (GOLDMAN, 2011).

Desprezo, arrogância e egoísmo são os três elementos fundamentais do patriotismo. Segundo essa teoria nosso globo é dividido em territórios, onde aqueles que nasceram em determinados territórios, consideram-se mais virtuosos, nobres e inteligentes do que os outros que nasceram em outras regiões. E é dever de todos que habitam nesse lugar lutar, matar e morrer para tentar impor sua superioridade aos outros. Os habitantes do outro território também pensam da mesma forma. O resultado é o ensino às crianças sobre os terrores concernentes aos alemães, italianos, russos, etc. O patriotismo é muito mais nocivo ao soldado, vítima da ignorância, e ao oferecer sua proteção, a nação ganha do patriotismo uma vida de submissão, de perigo e de riscos mortais, e até a própria morte durante a guerra. (GOLDMAN, 2011).

Neste sentido, o custo humano da Primeira Guerra Mundial foi imensurável - órfãos, viúvas, sobreviventes com danos físicos e mentais. Ou seja, o verdadeiro

custo da guerra não residia apenas na morte e destruição, mas também nas mentes de homens e mulheres que vivenciaram os anos de conflito. Muitas pessoas ficaram com sequelas físicas, mentais ou ambas, como é o caso dos que sofreram graves deformações faciais, por exemplo. Para as mulheres e filhos era um grande choque receber esses homens mutilados, com desfigurações que os deixavam irreconhecíveis. A história registra o caso do soldado veterano cego chamado Lazé, que cometeu suicídio por conta do medo de seu filho em relação a sua aparência e por se sentir um fardo para sua mulher e uma vergonha para a humanidade. (MAN, 2003).

*A Vida* já alertava para esse colapso psicológico e emocional que viria à tona conforme a guerra fosse acontecendo. Em um artigo descreve que um manicômio recolheu 300 soldados alemães, “[...] que enlouqueceram na linha de fogo por passarem horas sem conta a tirotear sem um momento de descanso. E aí está como a guerra contribui para o aperfeiçoamento das raças. Ou mata, ou estrupia, ou enlouquece.” (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº5, 31-03-1915). Ainda alertam que os trabalhadores deveriam se unir e negar qualquer serviço de guerra e que o povo não deveria acreditar que o alistamento era para uma causa justa, a defesa da pátria, pois o sacrifício seria em vão, a geração mais velha haveria de trair a mais nova.

No nº 1 da revista, há um artigo intitulado “A guerra produz miséria e são os trabalhadores quem mais sofrem os seus efeitos”. Para os autores, era evidente que a guerra era o puro desentendimento dos dirigentes, que por sua vez obrigavam os homens a se matarem sem causa alguma. Tais homens, que são os soldados e cujo serviço é matar, são sustentados pelos trabalhadores. Quem suporta a miséria causada pela guerra são os trabalhadores.

Para o jornal, o fundamento da guerra, ou seja, sua base, encontra-se na concorrência que é contrária à solidariedade. Para os autores, a sociedade deveria estar baseada no apoio mútuo, em vista de uma produção máxima com o mínimo esforço, pois a concorrência é um grande desperdício de esforço/energia:

Uma sociedade baseada na concorrência é uma sociedade fatalmente infeliz, porque admite e não pódé evitar a causa principal dos crimes, das tragedias quotidianas: ambição, sob suas várias formas, jogo, a negociata, o estelionato, o dinheiro falso, o roubo, o banditismo, a guerra. (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº1, 30-11-1914).

Fica claro que a ambição e a concorrência comercial são as raízes sociais da guerra e outros crimes. Assim sendo, “desaparecidos os governos, estando a riqueza social à disposição de todos, todos os antagonismos desaparecerão rapidamente entre os povos, e a guerra não terá mais razão de existir” (MALATESTA, 2001, p. 64). Para os anarquistas do jornal, a sociedade só chegaria no seu maior desenvolvimento e bem-estar através da solidariedade e do trabalho em cooperação, essa seria a natureza do homem, seu instinto de conservação de sua própria espécie. Dessa forma, toda luta do homem contra o homem contradiz a sua natureza social.

De acordo com Gallo (2007), a educação possui um caráter ideológico muito forte, de modo que as escolas se dedicam a reproduzir a estrutura da sociedade de exploração e dominação, ensinando os alunos a ocuparem seus lugares sociais pré-determinados. Dessa forma, a educação trata-se de definir de qual homem e de qual sociedade estamos falando. Abre-se então duas possibilidades fundamentais para nosso processo educacional: ou formar homens comprometidos com a manutenção desta sociedade ou formar homens comprometidos com sua transformação.

No entanto, tudo na mão dos burgueses se torna um instrumento ou um meio de controlar o povo segundo seus interesses, “se ele se faz professor, impede a propagação da verdade, e tende a preparar o espírito e o coração dos jovens para que se tornem ou tiranos implacáveis ou escravos dóceis, segundo a classe à qual pertençam” (MALATESTA, 2001, p. 32). Assim, a função da escola é formar indivíduos de acordo com as necessidades sociais, e nesse sentido, a formação dos soldados para a guerra terá sua origem na educação escolar oferecida pelo Estado.

Diante de tal fato, o jornal *A Vida* enfatiza que é algo nocivo a escola estar vinculada com o Estado, pois utilizam a educação como uma arma para a tácita submissão das massas ao jogo autoritário, de modo que os programas instrutivos são de acordo com os interesses econômicos políticos e partidários. Diante do contexto em questão, ensinam: crenças religiosas, amor pela pátria, respeito às autoridades, obediência às leis e proteção à propriedade privada.

De acordo com as ideias anarquistas do jornal, a função da escola é cultivar ideias que influem no destino da sociedade, e nela se prepara as novas gerações, seja para o bem ou para o mal, para a liberdade ou para a escravidão, para a paz ou para a guerra. Dessa forma, é na escola que reside a força mantenedora dos preconceitos patrióticos, convenções sociais e dogmas religiosos. Por isso o Estado



e a igreja disputam dirigir a educação, pois é nela que se amoldam e se mutilam as consciências, por meio de mentiras patrióticas e religiosas e pela repreensão de ideias que levam à revolta.

Dessa forma, em vez de preparar os homens para uma sociedade mais humana e solidária, preparam para a guerra, para fazerem parte da corporação militar encarregada de manter a ordem. O jornal deixa bem claro que a guerra é fruto de um lento e premeditado trabalho elaborado nas escolas, que são como uma antessala do quartel. Assim sendo, a educação cívica e os exercícios militares também faziam parte do programa educacional:

A' força de ouvirem falar de amor á pátria – dos ricos – de ver desfilar regimentos, de assistirem ás paradas, de ouvirem e entoarem canções ferozes de *chauvinismo* e hinos triunfaes de guerra, tomaram como fim e missão a atingir sêrem bons soldados, obedientes á disciplina e á voz de seus chefes, prontos a arremessarem-se contra os trabalhadores em grêve ou contra os povos de outros paizes, desde que os interesses monetarios dos ricos e capitalistas assim o exigissem. (A Vida, Rio de Janeiro, ano I, nº5, 31-03-1915).

Diante do exposto, é possível compreender que o Estado se aproveita da condição da infância, quando as mentalidades e os discernimentos estão sendo formados, para incutir a ideia de que seu propósito de vida é defender a pátria. Dessa forma, segundo *A Vida*, utilizam programas os quais professores não podem ultrapassar ou criticar, visando a estreiteza e o acanhamento das ideias, porque ideias consideradas boas só são as que os governantes defendem. Assim, ensinam às crianças:

O interesse pelas táticas militares, exaltam-lhes as grandes vitórias, e os espíritos jovens são pervertidos no interesse do governo. Além disso, editam extraordinários cartazes para incitar os jovens do país a engajar-se. “Uma oportunidade para percorrer o mundo!” – exclamam os lacaios do governo.” (GOLDMAN, 2011, P. 74).

Neste sentido, o ensino que os anarquistas pregam é o Ensino Racional, fundado no princípio da liberdade e que visa o desenvolvimento integral do indivíduo e de todas suas faculdades mentais e físicas, e além disso, pretende trabalhar a moral para a vida social, a fim de formar uma sociedade solidária e altruísta, de modo que o prazer dos indivíduos seja fazer o bem, pois “as escolas racionalistas

serão o meio, e a transformação social o fim de nossos atos” (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº2, 31-12-1914), ou seja, elas visarão reabilitar a humanidade para uma sociedade mais justa e fraterna.

Avelino (2008) expõe que no período da guerra surgiu, apoiado por Kropotkin, o anarco-intervencionismo composto por individualistas, os quais defendiam que os anarquistas deveriam participar da guerra junto aos aliados, porque acreditavam que a vitória da Alemanha significaria o triunfo do militarismo e a vitória dos aliados corresponderia à dominação russo inglesa, prevalecendo o capitalismo com açoite, sendo assim, um campo mais propício para a revolução.

Entretanto, o autor expõe que a verdadeira guerra é a guerra de classes. Os burgueses alimentam a rivalidade entre os países e grupos políticos e incitam o ódio à raça com o discurso de enviar tropas aos países estrangeiros a fim de liberar a população de seus dominadores para submetê-los à própria dominação. Então, é neste viés que entra a missão dos anarquistas, de despertar a consciência dos trabalhadores evidenciando quem realmente são os opressores, desenvolvendo a luta entre classes em todos os países e unindo os trabalhadores através da solidariedade e apoio mútuo independente de qualquer nacionalidade. Neste sentido, o inimigo de guerra dos anarquistas é o explorador, tenha ele nascido em qualquer país. Assim, os companheiros de lutas são escolhidos pelas suas ideias e pela posição que ocupam na sociedade, e não pela raça ou etnia.

Em março de 1915 um grupo de 36 anarquistas, dentre eles intelectuais como Malatesta e Emma Goldman, publicaram o “Manifesto Internacional Anárquico contra a Guerra”. Nele, afirmam que a guerra é fruto do sistema social fundado sobre a exploração do trabalho por uma minoria detentora do poder econômico e político que tenta responsabilizar este ou aquele governo, mas a verdade é que usa isso para adquirir carta branca e liberdade para suas ações. O Estado é o responsável pois é sustentado pela força militar e a usa como instrumento de dominação em detrimento de uma minoria de privilegiados. (AVELINO, 2008).

No mês seguinte do mesmo ano, *A vida* publicou um artigo onde foi discutida a posição de Kropotkine em incentivar os camaradas a se unirem ao exército dos aliados para combaterem a Alemanha. O posicionamento da revista pode ser resumido à seguinte citação:

Armar um anarquista contra seu irmão não é um contrasenso formidável? Arregimenta-lo, submete-lo ao caporal e ao tenente, jungil-o à obseleta e odiosa disciplina dos exercitos não será uma formal denegação de todo o espirito de revolta que deve presidir o humanitarismo do ideal anarquista, e transformal-o em maquina semi-racional de morticinio e de devastação? (A Vida, Rio de Janeiro, ano I, nº 6, 30-04-1915).

O jornal enxerga o pensamento de Kropotkine como uma incoerência diante do princípio de “solidariedade que todos nós devemos uns aos outros enquanto a vida for uma necessidade coletiva” (A Vida, Rio de Janeiro, ano I, nº 6, 30-04-1915). Para os anarquistas é um direito dos oprimidos atacar seus opressores por meio da revolução, porém, essas lutas servem para a libertação do povo. No entanto, lutar contra os alemães e fazer guerra não traz nenhuma emancipação para a humanidade.

Pelo contrário, a guerra só traz mortes e prejuízos, do mesmo modo que o custo humano e o custo material da Primeira Guerra ultrapassaram o de qualquer conflito armado anterior, e “segundo algumas estimativas, esse custo chegou a cerca de 270 bilhões de dólares, incluídos dos danos causados pelo conflito e os custos para alistar e equipar 65 milhões de soldados, bem como os das perdas de produção e das reparações de guerra.” (MAN, 2003, p.135).

Diante desses fatos, podemos compreender que enquanto os brasileiros estavam sofrendo com a falta de gêneros de primeira necessidade, os dirigentes das nações gastavam milhões com equipamentos para matarem. Goldman (2011, p. 56) destaca que o militarismo destrói as pessoas mais sadias e produtivas de uma nação desperdiçando boa parte da renda nacional, e “o Estado não despende quase nada para o ensino, a arte, a literatura e a ciência em comparação com as somas consideráveis que ele consagra ao armamento em tempo de paz.”

Em seus escritos, *A Vida* expõe que existem vários indivíduos que, depois da guerra começada, os questionam “onde é que estão os revolucionários, que não evitaram a guerra?.” Em resposta, o autor da revista responde capciosamente que em tempos de paz, eles vão conversar com as pessoas sobre socialismo, anarquismo, intencionalismo, porém, estas riem/zombam e chamam os revolucionários de loucos, utopistas e sonhadores e continuam vivendo suas vidas, e quando a guerra acontece, têm a audácia de fazer esses questionamentos. Para terminar, ainda faz um chamado aos cidadãos: “sofreis com a guerra? entendeis que

nós devíamos evital-a? e por que não nos ajudaste, em tempo de paz, a preparar o povo para não ir à guerra?” (A Vida, Rio de Janeiro, ano I, nº4, 28-02-1915).

#### 4.2 A Vida: condições de vida e trabalho

O anarquismo era um refúgio inviolável para as decepções sociais do povo, e com a revista *A Vida* não é diferente. Em suas páginas estão retratados acontecimentos que faziam parte da condição de vida de muitas pessoas, como a greve, a regulamentação do serviço doméstico, a repressão policial e a criminalidade. Tudo isso são questões sociais que foram surgindo devido ao sistema econômico baseado na exploração. Desse modo, a revista não só descreve esses problemas, mas também aponta suas raízes sociais.

Já no primeiro número da revista, os autores denunciam que os operários do engenheiro Trajano Medeiros precisaram fazer greve diante dos 15 meses de atraso no pagamento. Medeiros alega estar em crise, entretanto, a revista rebate dizendo que apenas os operários se abstêm de seus salários, enquanto o engenheiro continua na sua vida de luxo às custas da classe proletária.

Ainda sobre o assunto, no mesmo número, a revista expõe uma resposta interessante de um operário sobre a razão das greves: “Si eu não quero pagar ao capitalista a *sua* mercadoria pelo preço por ele fixado, êle não me dá; si êle não quer pagar pela *minha* mercadoria o preço que fixamos, eu não a lh’a dou. Eis aqui a greve.” (A Vida, Rio de Janeiro, ano I, nº1, 30-11-1914). Mesmo diante de tal argumentação extremamente justa, uma vez que assim como as mercadorias, a força de trabalho precisa ser valorizada e respeitada, o governo ainda chama os que protestavam de arruaceiros e desocupados.

Diante dessa situação, onde capitalistas e governos ignoravam os sofrimentos gerados pelos seus abusos de poderes, a população adoecia psicologicamente. Em um artigo intitulado “A epidemia do suicídio”, o jornal expõe que os suicídios estavam aumentando devido à miséria. “Era preferível que aumentasse o número de roubos. Isto mostraria que havia ainda muitos homens dispostos a lutar para manter o direito máximo: de viver.” (A Vida, Rio de Janeiro, ano I, nº2, 31-12-1914). Portanto, a pobreza era um mal que não atingia somente o indivíduo no âmbito financeiro, na fome, mas também em sua humanidade, ferindo sua dignidade, levando-o às últimas consequências. O artigo é finalizado com um fio de esperança

dizendo que a anarquia é o único estado social em que a vida será um prazer e não um fardo tão grande que leva os homens a abandoná-la.

Outro fato marcante que o jornal conta é a história de um mercado que jogou fora restos de alimentos já deteriorados, e mulheres, homens e crianças se atiraram para pegar alguma coisa. *A Vida* compara essas pessoas com cães: “ha homens que são cães dos próprios homens.” (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº 6, 30-04-1915). Como já mencionado no capítulo I, o preço dos gêneros de primeira necessidade subiu exacerbadamente, sem aumento de salário compatível com a carestia de vida. Diante disso, a pobreza era extrema, levando famílias a passarem por situações como essa.

Sobre o assunto, Mendes e Maranhão (1989) assinalam que entre os vários problemas sociais, existiam as doenças e epidemias consequentes a má alimentação e higiene. Revelam ainda, que as crianças, por serem mais frágeis, acabavam morrendo, e desse modo, os anos de 1887 e 1892 revelam um alto índice de mortalidade infantil por essas doenças. Diante de tal fato, os anarquistas sempre denunciaram as raízes sociais dessa fatalidade.

Além disso, a população sofria com a repressão policial e a vida do proletário era um misto de superexploração nas fábricas e repressão policial nas ruas. De acordo com Patto (1999), a República nasceu sob o signo da ordem pública, e em seu Manifesto Republicano de 1870, seus signatários apresentavam-se como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da pátria. Entretanto, tinham horror aos movimentos sociais de modo que não agiam com sutileza disciplinadora para manter a ordem pública.

Todo esse período foi marcado por um sem-número de exemplos de brutalidade repressiva, orientação professada pelos governantes, apoiada por industriais e fazendeiros e muito bem resumida pelo presidente Washington Luís (que fora Secretário da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo) quando definiu a “questão social” – que era como então se chamavam os conflitos sociais – como “caso de polícia”. (PATTO, 1999, p.172).

Diante do exposto, fica evidente que a defesa da pátria não era a dos trabalhadores, mas sim a dos capitalistas, e a polícia tinha a missão de proteger e amparar os patrões. Assim, “essas instituições civis e militares criadas, segundo dizem, para a defesa da pátria, da ordem e da liberdade, foram e serão empregadas

para defender o capital extorquido ao povo pela classe exploradora”. (KHOURY, 1981, p. 38). Além disso, moralmente, os militares são vistos e reconhecidos como uma figura heroica e defensora. Neste sentido, a revista *A Vida*, apresenta em um dos seus artigos, intitulado “A morte de um herói”, o caso do General Souza Aguiar, que em sua morte foi homenageado e prestigiado por seus longos anos de trabalho junto ao Estado, entretanto, alguns anos antes de sua morte, quando era chefe da polícia, em represália a uma manifestação pacífica de estudantes, mandou a polícia atacar matando dois moços covardemente. A descrição do caso contado pelo jornal ironiza o fato de assassinos serem chamados de heróis, além de chamar a atenção para a desumana ação da polícia que era extremamente violenta e arbitrária frente as greves.

Além de deter o protesto proletário, cabia à polícia recalcar toda sorte de comportamento desordeiro que mudanças no Código Penal tratavam de criminalizar. O Estado gastava mais com polícia e prisões do que com a saúde pública e a maior parte das prisões se dava por prática de contravenção, ou seja, de crimes sem vítimas, como “embriaguez”, “desordem” e “vadiagem”. Em outras palavras, as pessoas cometiam crimes para sobreviver, não tinham vinculação com quadrilha e não escolhiam ser criminosas, se faziam pelas circunstâncias, por passar por profundas privações. (PATTO, 1999).

Os crimes com vítimas que pipocavam dia e noite na cidade de São Paulo eram, na maior parte, pequenos furtos oportunistas ou gatunagem ; vivendo em “lastimável pindayba” (como dizia uma notícia do Correio Popular, em 1808), os nossos infratores batiam carteiras e roubavam lingüiça, queijo, latas de goiabada, roupas, sapatos e galinhas, fosse para consumo próprio, fosse para vendê-los a preço irrisório a comerciantes que lucravam com a venda de produtos roubados. (PATTO, 1999,174).

O autor ainda explica que a polícia criminalizava roubos de subsistências e outras atividades que movimentavam a economia informal, como: ocupações autônomas, bicos e subemprego temporário, jogo, prostituição e mendicância. O objetivo era restabelecer a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante, e esta situação foi um traço profundo da vida social brasileira nesse período da Primeira República, aliado à incipiência das instituições de disciplinamento mais hábil.

A respeito dessas instituições, *A Vida* traz um artigo intitulado “como se formam criminosos”, que conta sobre a existência de uma colônia mantida pelo Estado que se alega ser um lugar onde corrigem os delinquentes por meio do trabalho fecundo e regenerador. Porém, o jornal evidencia que essas palavras escondem a realidade da prática, e conta que no tempo do Coronel Vieirão o regime era da palmatória, e até posteriormente continuou dessa maneira, sofrendo os jovens agressões com chicote e borracha. A revista diz que esses jovens vão a esse lugar completar sua educação criminal, “depois de alguns anos de semelhante *educação*, não será para admirar que saiam de lá criminosos profissionais.” (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº 6, 30-04-1915). Provavelmente os crimes desses jovens foram os já citados acima, que poderiam ser resolvidos se ao invés de usarem a violência buscassem as causas sociais dessa questão, que moram na miséria e pobreza ocasionadas pelo próprio Estado.

Tudo isso criava uma imagem negativa do pobre e o trabalhador era visto pelos burgueses nas fábricas como um marginal, um bandido infiltrado. No serviço doméstico isso não era diferente, e nos debates sobre sua regulamentação se observa que “[...] era recorrentemente destacado o fato de que haveria um numeroso percentual de criminosos entre os trabalhadores domésticos.” (SOUZA, 2013, p. 10).

O periódico anarquista também trata desse assunto, e segundo ele, a elaboração desse regulamento obrigaria os empregados a se munirem de uma carteira de identificação, onde teriam um retrato com a descrição de seus traços característicos. Na carteira seria lançado pelos patrões, na ocasião de saída, o procedimento do empregado, o ordenado que recebia e o tempo que trabalhou na casa. O objetivo desse controle seria:

Esse regulamento obedece ao seguinte escopo justificativo: “evitar que malfeitores, intermediários de ladrões, etc. usem do estratagema muito conhecido de se empregarem nas casas de família para facilitar a ação dos amigos do alheio, e selecionar os bons criados dos maus, de modo a facilitar o trabalho áqueles. (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº 3, 31-01-1915).

De acordo com Souza (2013), tal regulamento era um complemento a repressão da vadiagem e um instrumento disciplinador do trabalho doméstico. Ou seja, visava a repressão e disciplina de suas ações e comportamentos, sendo tudo

controlado, tendo em vista sua suposta desqualificação. Essa questão do trabalho doméstico surgiu após a escravidão, sendo as regulamentações produzidas simultaneamente e imbricadas a esse processo, prejudicando a construção da liberdade pós escravista. Assim, o trabalhador que ganhava o título de homem livre continuava sendo escravo dos seus patrões, evidenciando que não há liberdade no capitalismo, pois embora o trabalhador seja juridicamente livre, a estrutura de exploração e controle permanece sobre ele.

A posição da revista sobre o assunto é a mesma já explicitada, faziam com tal regulamentação uma analogia à escravidão, pois o patrão iria escolher seus domésticos como no tempo da escravidão os senhores escolhiam seus escravos. Os autores viam a questão como uma escravidão moderna, pois o controle sobre a vida e trabalho ainda estavam presentes.

No decorrer da revista, a propriedade privada, a hierarquia social e a concorrência econômica eram fenômenos tidos como causa de todo desperdício do desenvolvimento do homem. Segundo os anarquistas do periódico, o aproveitamento das forças do ser humano se obtém pela ginástica, pela higiene e pela medicina. Porém como um operário terá gosto pelo esporte depois de trabalhar 16 horas por dia? Isto significa que não desenvolverá harmonicamente seu corpo, ao contrário, pelo excesso de trabalho pode desenvolver doenças. Em relação a higiene, a revista não fala apenas no asseio, mas foca sua discussão na alimentação, que deve ser nutritiva, porém as pessoas mais pobres procuram produtos mais baratos, e nisso não é possível nem comprar frutas por conta de seu alto preço. Ou seja, o indivíduo não se alimenta como deve, mas como pode, e além disso, médico e farmácia só são visitados em casos extremos, pois também têm um alto custo. A revista também fala sobre o motivo pelo qual as energias intelectuais não são aproveitadas: por conta do vício no álcool. O vício de beber tem duas causas, uma é a deficiência de alimentação e a outra é a ganância do capitalista. O álcool dá calor, por isso os trabalhadores bebem e pelo exemplo viciam a outros, também necessitados. A revista diz que é uma vergonha não impedir a venda do álcool, porém os capitalistas nunca farão uma lei contra eles próprios, já que veem no operário um lucro sobre esse vício.



### 4.3 *A Vida*: condições de existência dos imigrantes

Khoury (1981) Expõe que as condições dos estrangeiros são de alguém sem direitos, que não tem a palavra para reclamar da situação econômica. Acreditava-se que no Brasil, existiam leis protetoras do trabalho, fruto do documento oficial do “Departamento Estadual do Trabalho” publicado em português, francês, italiano e espanhol. Em tal documento constava que haveria regulamentos severos quanto à segurança e higiene no trabalho, além de inspetores que fariam vista às fábricas e fiscalizariam para ver se a lei estava sendo cumprida, e o trabalho infantil (menores de 10 anos) também constava ser proibido, assim como o trabalho noturno para menores de 18 anos. Mas são mentiras absurdas, há relatos de vários jornais da época apontando esses abusos, além de outros, como moradia e carestia de vida.

Neste sentido, *A Vida* já alertava sobre essas propagandas enganosas:

Os jornais burguezes que vivem a incitar o governo a fazer uma intensa propaganda imigratoria para o Brasil onde, dizem, o imigrante é recebido de braços abertos e encontram em seguida colocação magnifica podendo obter não só gordos salários, como os não há na Europa, mas tambem formar seu peculio e até enriquecer em três tempos, já confessam hipocritamente que o número de desocupados no Rio já chega a perto de 20.0000. Com que facilidade ele mentem! (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº 2, 31-12-1914).

De acordo com o jornal essa situação era uma ilusão, as fábricas ou se fechavam ou diminuían os dias de trabalho, sendo poucas as que pagam em dia seus operários. E quando há reclamações e é declarada uma greve, os patrões vão procurar a guerra e a crise para justificar o calote.

Quem se dispuzer a vaguear pelas ruas da cidade, às horas da noite e da madrugada, ha de presenciar quadros tristissimos: ora, é uma fila de maltrapilhos sobraçando latinhas, à porta de uma casa de pasto, á espera que lhe deem os restos da comida; ora, são os homens, mulheres e crianças a dormir amontoadamente num banco enquanto a benevolencia de um guarda civil o permite. (*A Vida*, Rio de Janeiro, ano I, nº 2, 31-12-1914).

Mesmo diante da situação do Brasil, o Estado ainda insiste em descrever cenários maravilhosos da indústria brasileira. Sobre o Assunto, Prado (1986) nos mostra que esse problema é antigo. Durante a monarquia os agenciadores de mão de obra publicaram na imprensa da Europa propagandas enganosas que prometiam

terras e passagens a quem quisesse formar colônias agrícolas no Brasil. Essa notícia chegou até a Rússia, e então em 1878, camponeses ucranianos desembarcaram no Paraná. Chegando ao Brasil, perceberam que a vida paradisíaca era uma mentira e exigiram repatriação porque as terras prometidas eram imprestáveis, empedradas. Dom Pedro II vendo a veracidade da situação, propôs alimentar 928 famílias durante dois meses, período comprometido a providenciar terras férteis para quem quisesse ficar e quem se recusasse voltaria ao seu país por conta do governo. No fim das contas, apenas 200 famílias permaneceram.

Nos anos posteriores houveram mais propagandas, como as que o jornal *A Vida* denunciou, e os imigrantes, esquecendo o que as primeiras levas sofreram, vieram ao Brasil mais uma vez, confiando na promessa enganosa do governo de uma vida próspera no país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da proclamação da República, em 1889, pouco ou nada mudou nas condições de vida dos trabalhadores. A continuidade da ordem oligárquica pouco tinha a oferecer, as eleições eram dominadas pelos grupos dominantes e as condições de trabalho dos operários nas nascentes fábricas eram marcadas pela brutal exploração.

Diante dessa situação, a população busca formas de se organizar. Primeiro se iniciam as associações mutualistas, onde o apoio mútuo é essencial para a sobrevivência das pessoas. Posteriormente, surgem as ligas e sindicatos que possuem uma visão mais ampla das questões sociais e acreditam que os proletários formam uma classe e que deveriam lutar por melhorias radicais e não de reforma. Dessa forma, utilizam a greve como instrumento de ação, sendo o anarquismo hegemônico no meio operário.

Para mobilizar os trabalhadores, utilizava-se a imprensa operária produzindo jornais, revistas e folhetins. Além de organizar os trabalhadores, os textos apresentavam um caráter educativo e doutrinário, que visava formar a consciência de classe através de ensinamentos anarquistas e discussões a respeito da questão social brasileira.

Neste viés, o periódico *A Vida* (1914-1945), escrito no período de crise da carestia de vida consequente da primeira Guerra Mundial, nos alerta que as raízes do sofrimento e da fome advêm da ganância e concorrência comercial dos dirigentes das nações, que para dominar o povo se utilizam do nacionalismo e do amor à pátria, incutindo nas mentes das massas desde a mais tenra idade por meio das escolas. Assim se formam soldados e policiais que matam ou prendem pessoas inocentes, seja na guerra ou em greves.

Como evidenciado na revista, as tentativas de greve eram arriscadas diante da repressão policial-patronal violenta, a qual chegava até a matar. Os que faziam greves eram chamados de desocupados e arruaceiros. Sem possibilidades de uma vida melhor, as pessoas procuravam se sustentar por meio de atividades que a polícia criminalizava ao invés de ajudar a população a sair de tal situação.

Dessa forma, ser pobre era sinônimo de ser “marginal”, “ladrão”, inclusive a legalização do serviço doméstico era discutida com vistas a um controle excessivo sobre as ações dos empregados, como se esses fossem criminosos. Assim se

efetivava a chamada escravidão moderna, pois embora a abolição tivesse se efetivado no sistema jurídico, o controle e repressão das liberdades continuaram.

Os imigrantes eram vítimas das propagandas enganosas do Estado, que pregavam um Brasil paradisíaco e cheio de oportunidades de emprego, muito diferente da realidade, em que era muito recorrente crises que geravam desemprego e diminuição da carga horária de trabalho, resultando em salários ainda mais baixos.

Tais questões, segundo o periódico, são frutos do sistema capitalista pautado na propriedade privada (meio de produção); na hierarquia social, onde uns trabalham muito e ganham pouco e outros trabalham pouco e ganham muito; e por fim, na concorrência comercial, que leva as nações a disputarem pelo capital através de guerras que causam prejuízos materiais e humanos imensuráveis.

Por fim, o jornal expressou uma tendência dentro do movimento operário e para além dos juízos de valores e é uma importante fonte para compreender as condições de vida dos trabalhadores no início do século XX no Brasil. Trata-se de perceber que a luta por uma sociedade em que homens e mulheres sejam livres da opressão e socialmente iguais é uma tarefa de todos que se comprometem com a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

- ADDOR, Carlos Augusto. **Um Homem vale um homem memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues**. Tese (Doutorado em História). Niterói, Rio de Janeiro: 2012.
- AVELINO, Gilvanildo Oliveira. **Anarquismos e governamentalidade**. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: 2008.
- CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.
- COLOMBO, Eduardo. **Anarquia e anarquismo**. Revista Verve, n. 6, p. 194-207, 2004.
- COSTA, Caio Túlio. **O que é anarquismo**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. A revista A Vida e o jornal Spartacus: espaços sociais de produção e circulação de idéias e práticas da educação libertária. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. **Anais [...]**. Fortaleza, 2009.
- GALLO, Sílvio. **Pedagogia Libertária: Anarquistas, Anarquismos e Educação**. Amazonas: Omaginário, 2007.
- GOLDMAN, Emma. **O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios**. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2011.
- KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981.
- LUIZETTO, F. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MALATESTA, Errico. **A Anarquia**. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Anarquismo e anarquia**. Tradução: Felipe Corrêa. São Paulo: Faísca, 2009.
- MAN, John. **Uma guerra para a paz: 1914 – 1918**. Tradução: Maria Clara de Mello Motta. Rio de Janeiro: Reader's Digest, 2003.
- MARQUES, Carlos. A Imprensa Libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do Século XX. Artigo. **Revista Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 855- 864, 2012.
- MENDES, Antonio Junior; MARANHÃO, Ricardo (org.). **Brasil história texto & consulta: República Velha**. São Paulo: Editora Hucitec, v. 3, 1989.
- MENDES, Claudinei Magno M. A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos. **Revista Acta**, Assis, São Paulo, v. 1, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, 1999.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROIO, J. L.; FELTRINELLI, F. G. **A vida – periódico anarquista**. São Paulo: Editora ícone, 1988.

SOUZA, Flavia Fernandes. Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão. In: 27º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH BRASIL, 2013, Rio Grande do Norte, Natal. **Anais** [...]. Natal, Rio Grande do Norte, 2013.

### **Fontes primárias**

A Vida – Revista mensal (Direção: José Oiticica e Francisco Viotti), ano I: nº 1, 30 de novembro de 1914; nº 2, 31 de dezembro de 1914; nº 3, 31 de janeiro de 1915; nº4, 28 de fevereiro de 1915; nº5, 31 de março de 1915; nº 6, 30 de abril de 1915; nº7, 31 de maio de 1915.